

Ataque ao prédio do Supremo no 8 de janeiro custou R\$ 12 mi aos cofres públicos

Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 custaram R\$ 12 milhões aos cofres públicos apenas para reparar os estragos causados na sede do Supremo Tribunal Federal. Apesar dos esforços da equipe de restauradores da corte, alguns objetos não puderam ser recuperados. No total, 951 itens foram furtados, quebrados ou completamente destruídos.

A destruição do prédio do STF gerou prejuízo de mais de R\$ 8,6 milhões. Já a despesa para a reconstrução do Plenário, com troca de carpetes, cortinas e outros objetos, alcançou R\$ 3,4 milhões, totalizando os R\$ 12 milhões.

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2007, o edifício-sede do Supremo é um dos cartões postais de Brasília. O prédio principal é parte do conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer para a Praça dos Três Poderes.



Bolsonaristas depredam sedes dos três poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023

Logo após o quebra-quebra e a perícia nos locais atingidos, as equipes de limpeza, arquitetura, conservação e restauração, entre outras, iniciaram imediatamente os trabalhos de recuperação do Plenário. A força-tarefa foi necessária para viabilizar a abertura do ano judiciário, em 1º de fevereiro do ano passado.

Foi uma corrida contra o tempo para restaurar o mobiliário e outros itens do local. Os serviços começaram com os objetos localizados no térreo, onde estão o Plenário, o Salão Branco e o Hall dos Bustos.

Alguns objetos permaneceram propositalmente sem restauração. Como forma de documentar e proporcionar a reflexão sobre a gravidade do atentado, o STF criou pontos de memórias com as marcas da violência. O objetivo é que os fatos vivenciados sejam parte da memória institucional do Supremo, para que o episódio jamais seja esquecido, tampouco se repita.

Os itens do acervo histórico e artístico danificados foram recuperados pelo Laboratório de Restauro do STF. Logo após a perícia, a equipe de restauradores fez um salvamento inicial das peças, para interromper a deterioração causada pela exposição à água, ao pó dos extintores de incêndio e à luminosidade inadequada. Também foram recolhidos e separados fragmentos das obras.

A restauração envolveu obras de arte, mobiliário, presentes de chefes de Estado estrangeiros e objetos em geral. Entre as peças restauradas, estão itens simbólicos do acervo, como o Brasão da República, a



escultura em bronze *A Justiça*, de Alfredo Ceschiatti, e o quadro *Os Bandeirantes de Ontem e de Hoje*, do artista plástico Massanori Uragami.

Até o momento, foram restaurados 116 itens do acervo do tribunal: 22 esculturas (bustos, estatuetas, itens do Plenário e a estátua *A Justiça*, da Praça dos Três Poderes); 21 telas e tapeçarias; quatro galerias de retratos (de ministros, de presidentes, de diretores-gerais e secretários-gerais); 19 objetos (lustres, Brasão da República, vasos); e 50 itens de mobiliário (cadeiras, mesas, móvel expositor da Constituição etc.).

Trabalho em andamento

A restauração de três espelhos e nove cadeiras ainda não foi concluída porque depende de material específico, que está sendo adquirido. Também foi necessário substituir quatro obras do fotógrafo Sebastião Salgado.

Outros 15 itens, entre vasos e mobiliários, que sofreram maiores avarias, estão sendo avaliados para a escolha da técnica mais apropriada e do material necessário. Foram perdidos 106 itens históricos de valor imensurável, como esculturas e móveis que não puderam ser restaurados e não podem ser repostos.

Quem participou da reconstrução do STF foi o servidor Hygor Parreira Araújo, da Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Manutenção da corte. Segundo ele, o maior desafio foi o tempo. “Foram apenas três semanas para executarmos toda a restauração necessária”, relembra. “Nossas equipes trabalharam incansavelmente, inclusive aos finais de semana, para assegurar a sessão de abertura do ano judiciário”.

De acordo com o gestor, a restauração foi um marco na preservação da memória institucional do STF. “Esse emblemático prédio histórico faz parte dos três pilares da República brasileira, e sua restauração remonta o espírito da democracia”. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

Meta Fields